



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT12 - Corpo, Gênero e Sexualidade

GÊNERO, TRABALHO E PROTAGONISMO FEMININO NAS COMUNIDADES CAIÇARAS: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO NOSSAS MARCAS

Giovanna Eberle Biscotto¹

Leticia Lopes²

INTRODUÇÃO

O debate sobre desenvolvimento têm incorporado perspectivas que ultrapassam abordagens estritamente econômicas, passando a considerar dimensões sociais e culturais na compreensão do território (Satrústegui, 2013). A partir disso, as comunidades tradicionais, como as do litoral paranaense, ganham relevância por permitirem observar, na prática, como se articulam modos de vida, formas de produção e organização social. Nesse conjunto de relações, o gênero aparece como um elemento central, pois atravessa o cotidiano dessas comunidades e influencia diretamente os papéis sociais.

Ao longo do tempo, as relações entre homens e mulheres passaram por mudanças importantes, tanto na família quanto no trabalho e dentro das próprias comunidades. Ainda assim, essas transformações não acontecem da mesma maneira em todos os espaços. No meio

¹ Graduada em Gestão e Empreendedorismo, Mestranda em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, e-mail: eberlebiscotto@gmail.com

² Graduada em Gestão e Empreendedorismo, Mestranda em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, e-mail: lopesle31@gmail.com

rural, por exemplo, ainda são muito presentes práticas conservadoras, marcadas pela influência do patriarcado, religião e pelo limitado acesso à educação formal (Tavares; Minuzzo; Santos, 2021). Na prática, isso significa que muitas desigualdades continuam sendo reproduzidas no cotidiano, afetando diretamente a atuação feminina.

Historicamente, a maternidade é constituída como uma das principais formas de realização feminina. Embora essa ideia venha sendo transformada, com mulheres ocupando novos espaços e assumindo novos desafios (Borsa; Feil, 2008), ainda existe uma valorização maior do trabalho masculino, especialmente nas atividades produtivas, como na agricultura. Enquanto isso, o trabalho realizado pelas mulheres segue, muitas vezes, sendo pouco reconhecido e associado apenas ao espaço doméstico (Herrera, 2012). Assim, torna-se fundamental questionar esses discursos, reconhecendo que a atuação feminina extrapola as ações de cuidado, abrangendo contribuições amplas que seguem, muitas vezes, ausentes nos discursos formais.

É nesse cenário que se insere o presente estudo, que investiga o protagonismo feminino nas comunidades caiçaras dos municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Morretes, no Litoral Paranaense, a partir dos dados produzidos no âmbito do projeto “Nossas Marcas”. Ao dialogar com iniciativas voltadas à valorização da agrosociobiodiversidade e à construção de estratégias coletivas de mercado, a proposta é compreender as formas de liderança e participação feminina, bem como analisar o envolvimento das mulheres em processos formativos e estratégicos de fortalecimento produtivo, especialmente no âmbito da construção de uma marca coletiva regional.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre desenvolvimento territorial sustentável a partir de uma perspectiva que reconheça o gênero como dimensão estruturante das relações sociais e de trabalho. Ao olhar para o papel das mulheres nas cadeias de valor da agrosociobiodiversidade, o estudo procura dar visibilidade a práticas que muitas vezes não são reconhecidas, além de questionar modelos de desenvolvimento que deixam de considerar essas dimensões.

No que se refere à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, orientada pela análise das relações de gênero no contexto das comunidades tradicionais do Litoral do Paraná. O estudo baseia-se em revisão bibliográfica e na articulação com dados empíricos, buscando compreender, de forma mais próxima da realidade, como se constroem os papéis sociais e o protagonismo feminino nesses territórios.

Por fim, ao articular as transformações nas relações de gênero com as especificidades do espaço rural e das comunidades tradicionais, este trabalho busca contribuir para uma

compreensão mais crítica sobre o desenvolvimento territorial. Além do mais, a proposta é valorizar as múltiplas formas de atuação das mulheres, não apenas como estratégia de equidade, mas como elemento central para a promoção de dinâmicas sociais, econômicas e culturais mais justas e sustentáveis.

DESENVOLVIMENTO

Joan Scott (1995), em seu clássico texto, entende o gênero como chave fundamental para interpretar as relações de poder. Essa perspectiva é útil quando se olha para o território caiçara, onde as dinâmicas sociais e produtivas não são neutras, mas sim, atravessadas por diferenças que definem quem faz o quê, quem decide e, principalmente, quem é reconhecido.

No cotidiano dessas comunidades, chama atenção o fato de que, mesmo ocupando posições centrais em atividades de gestão e articulação comunitária, a atuação feminina permanece frequentemente invisibilizada nos discursos formais sobre produção e desenvolvimento, o que reforça a necessidade de considerar o gênero como uma categoria fundamental para a compreensão dessas realidades.

Ao observar mais de perto essas relações, fica evidente que as desigualdades de gênero não surgem por acaso. Elas se apoiam em papéis socialmente construídos, que acabam sendo naturalizados ao longo do tempo (Herrera, 2012). Assim, enquanto o trabalho dos homens costuma ser associado ao que é produtivo e visível, o das mulheres permanece, muitas vezes, vinculado ao cuidado e ao espaço doméstico (Faria, 2009). O problema é que essa divisão simplifica uma realidade muito mais complexa. As mulheres também produzem, organizam, geram e sustentam parte significativa das dinâmicas comunitárias, só que isso nem sempre é reconhecido como trabalho.

Essa sobreposição de funções aparece com força no dia a dia. Mesmo quando participam das atividades produtivas ou assumem responsabilidades na gestão, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado. Essa associação quase automática entre feminino, cuidado e maternidade (Borsa; Feil, 2008) não apenas reforça desigualdades, como também aumenta a carga de trabalho feminina (Faria, 2009). No fim, elas acabam acumulando funções que transitam entre o produtivo e o reprodutivo, sem que essa dupla jornada seja devidamente reconhecida.

Diante disso, considera-se fundamental olhar para o cuidado de outra forma. Mais do que uma tarefa secundária, ele sustenta a própria possibilidade de produção e organização social. Ignorar isso é manter uma lógica que desvaloriza justamente aquilo que garante a

continuidade da vida nos territórios. Assim, o cuidado deve ser entendido como essencial para o desenvolvimento territorial sustentável.

A discussão sobre o trabalho das mulheres ganha ainda mais força quando observada a partir de uma marca coletiva construída no território, principalmente quando ela surge como instrumento de valorização de seus sujeitos, articulando saberes tradicionais e organização social (Lopes; Biscotto; Freitas, 2025). No contexto caiçara, a marca coletiva não se restringe a um instrumento de diferenciação comercial, mas se configura como um mecanismo de fortalecimento do ecossistema territorial. É justamente nesse movimento que a atuação das mulheres passa a aparecer de forma mais nítida. Ao participarem da produção, da organização e da circulação desses produtos, elas ajudam a sustentar a própria construção da marca, ainda que, muitas vezes, continuem sendo vistas apenas como apoio ou extensão do trabalho doméstico.

É nesse contexto que se insere esta pesquisa, buscando compreender a posição da mulher e sua contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável, a partir das ações desenvolvidas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Morretes, no litoral do Paraná. O estudo baseia-se em dados produzidos no âmbito do projeto “Nossas Marcas”. Mais do que identificar a participação das mulheres, o objetivo aqui é entender como elas ocupam esses espaços, como constroem formas de liderança e de que maneira contribuem para o fortalecimento das dinâmicas produtivas e organizativas.

Metodologicamente, foram realizadas pesquisas de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa, observação participante e registros em diário de campo, permitindo uma aproximação com as experiências e práticas dos sujeitos envolvidos. A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo, possibilitando identificar padrões relacionados à divisão sexual do trabalho, às formas de liderança comunitária e à participação nas atividades formativas. Tal abordagem permite evidenciar dimensões frequentemente invisibilizadas, especialmente no que se refere ao protagonismo feminino nas cadeias produtivas e nos processos de organização e governança territorial.

Ainda que o meio rural seja frequentemente associado ao universo masculino (Tavares; Minuzzo; Santos, 2021), os resultados desta investigação evidenciam que as mulheres desempenham papel central nas cadeias produtivas locais. Um exemplo disso está no processamento de alimentos, onde saberes ligados ao cuidado são mobilizados de forma estratégica.

As atividades vinculadas ao espaço da cozinha, historicamente atribuídas às mulheres, acabam por situá-las de forma estratégica no processamento de alimentos, etapa em que mobilizam saberes tradicionalmente associados ao cuidado e ao preparo. Nesse sentido, destaca-se sua atuação na transformação dos produtos colhidos em conservas, geleias, temperos e outros derivados (Figura 1). Esse processo não apenas agrega valor à produção, mas também contribui diretamente para a renda familiar. Em localidades como Guaraqueçaba, onde o escoamento da produção se apresenta como um desafio (Lopes; Biscotto; Freitas, 2025), o processamento realizado pelas mulheres constitui uma estratégia fundamental para viabilizar a comercialização, seja em feiras ou na própria comunidade.

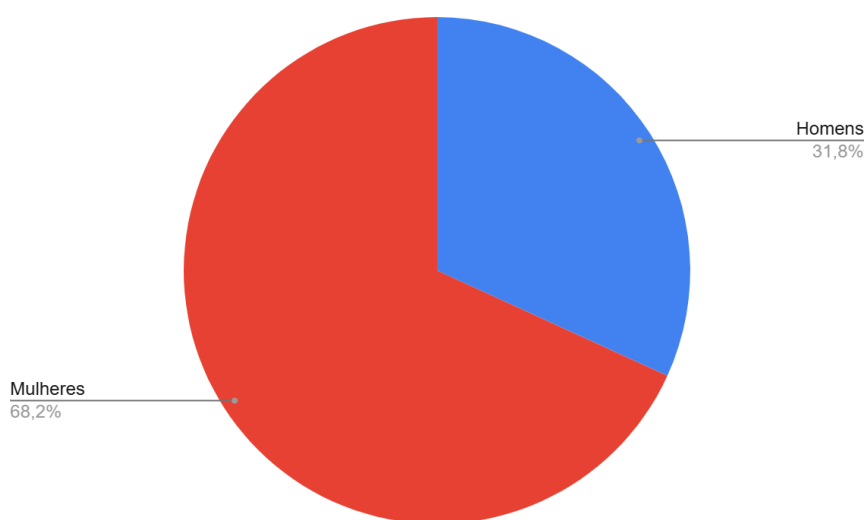
Figura 1: Produtos processados por mulheres no território caiçara



Fonte: Retirada pelas autoras (2025)

Além da centralidade nas atividades produtivas, os dados revelam o protagonismo feminino nos processos de organização e aprendizagem. Nas atividades formativas promovidas pelo projeto “Nossas Marcas”, observou-se uma participação expressiva de mulheres, que representaram aproximadamente 68% dos participantes (Gráfico 1). Para além da presença numérica, destacou-se o maior engajamento feminino nas discussões, bem como o interesse em temas relacionados à gestão, precificação, marketing e uso estratégico da marca coletiva.

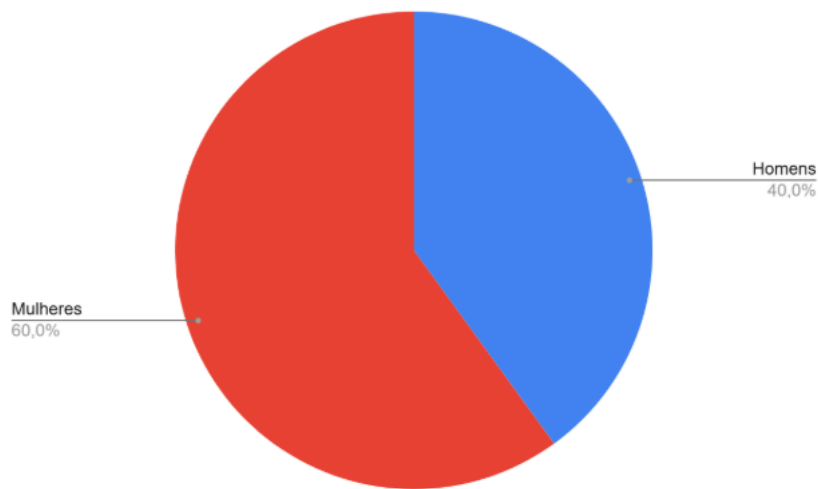
Gráfico 1: Participantes das Mentorias



Fonte: Produzido pelas autoras (2025)

No caso das mentorias realizadas em Morretes, mais especificamente na comunidade do Rio Sagrado, participaram 15 pessoas, sendo 9 mulheres e 6 homens (Gráfico 2). Embora a diferença numérica não seja extremamente elevada, chama atenção o fato de que as mulheres não apenas estavam mais presentes, mas também se mostraram mais ativas ao longo das atividades. Foram elas que, em maior número, se envolveram nas discussões, compartilharam experiências e demonstraram interesse em aplicar os conteúdos no seu cotidiano produtivo.

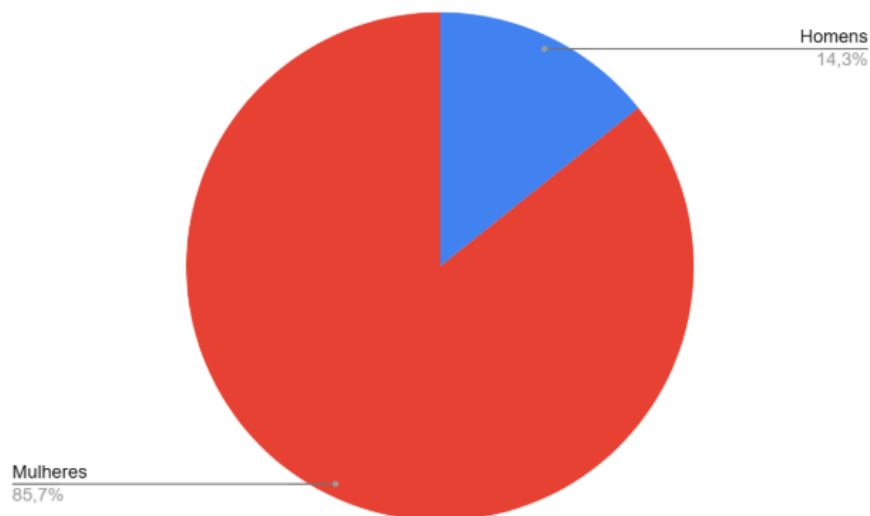
Gráfico 2: Participantes das mentorias – Morretes/Pr



Fonte: Produzido pelas autoras (2025)

Já na comunidade do Cachoeira, em Antonina, a presença feminina foi ainda mais expressiva. Das 7 pessoas participantes, 6 eram mulheres e apenas 1 homem (Gráfico 3), o que evidencia uma predominância bastante significativa. Nesse contexto, além da participação majoritária, destacou-se também o nível de engajamento das mulheres nas atividades propostas. A forte presença feminina sugere não apenas interesse, mas também uma busca ativa por conhecimento e por estratégias que possam fortalecer suas práticas produtivas e ampliar suas possibilidades de atuação dentro do território.

Gráfico 3: Participantes das mentorias – Antonina/Pr



Fonte: Produzido pelas autoras (2026)

Outro ponto que chamou atenção foi o interesse das mulheres por práticas mais sustentáveis. Durante as mentorias, além dos conteúdos voltados à gestão e ao mercado, foram desenvolvidas atividades relacionadas ao uso de agrotóxicos e à produção de alternativas ecológicas. Foi realizado um curso sobre o uso dessas substâncias e uma oficina voltada à criação de produtos mais sustentáveis para substituí-las (Figura 2). Em todas essas atividades, as mulheres demonstraram interesse em aprender, adaptar essas práticas à sua realidade e levá-las para o cotidiano de suas casas e plantações. Esse movimento revela não apenas uma preocupação com a produção, mas também com a saúde, o meio ambiente e a qualidade de vida no território.

Figura 2: Oficina Agroecológica “Nossas Marcas”



Fonte: Retirada pelas autoras (2025)

De forma geral, os resultados mostram que a atuação das mulheres nas comunidades caiçaras vai muito além do que tradicionalmente se reconhece. Elas estão presentes na produção agrícola, na organização, na gestão e nas estratégias de inovação dentro do território (Figura 3). Ainda que muitas dessas atividades continuem sendo vistas como “ajuda” ou extensão do trabalho doméstico, na prática, elas sustentam parte importante das dinâmicas territoriais.

Figura 3: Mulheres atuando no território caiçara



Fonte: Retirada pelas autoras (2025)

Nesse sentido, mesmo sendo frequentemente associadas ao espaço doméstico ou tratadas como secundárias, essas atividades têm um papel decisivo na dinâmica dos territórios. São elas que contribuem para a geração de renda, agregam valor aos produtos e ajudam a manter modos de vida que não se sustentariam apenas pelas atividades consideradas “produtivas”. Quando visto com mais atenção, fica claro que essas práticas não são

complementares, elas são parte essencial do funcionamento econômico e social das comunidades.

A partir disso, percebe-se que a desigualdade de gênero não está apenas em quem faz o quê, mas também em como essas atividades são reconhecidas. Enquanto os homens aparecem com mais frequência em posições formais e visíveis, as mulheres seguem garantindo o andamento das cadeias produtivas e das relações comunitárias, muitas vezes sem o mesmo nível de reconhecimento. Esse descompasso revela que não basta olhar para a divisão do trabalho; é preciso também questionar os critérios de valorização que definem o que é considerado importante.

No caso das ações desenvolvidas pelo projeto “Nossas Marcas”, as mentorias tiveram um papel importante nesse processo. Ao tratar de temas como gestão, marketing e precificação, abriram espaço para que as mulheres ampliassem seus conhecimentos e passassem a se posicionar de forma mais ativa nas decisões relacionadas à produção e à comercialização. Mais do que acesso a conteúdo técnico, essas atividades contribuíram para fortalecer a confiança e a autonomia das participantes, criando condições para que suas práticas fossem mais reconhecidas dentro e fora das comunidades.

Como síntese, os resultados desta pesquisa reafirmam que o desenvolvimento territorial sustentável, no contexto caiçara, não pode ser plenamente compreendido sem a centralidade da categoria gênero. São elas que sustentam grande parte das atividades produtivas, organizativas e também das relações que mantêm o território funcionando no dia a dia, mesmo diante de sobrecargas e pouca visibilidade.

Quando se observa mais de perto, percebe-se que essas mulheres não apenas participam, mas reorganizam as próprias bases do desenvolvimento local. Ao articularem cuidado, produção e gestão, elas mostram que aquilo que durante muito tempo foi tratado como secundário, na verdade, é o que garante a continuidade e a força desses territórios. Por isso, reconhecer e fortalecer essa atuação não é apenas uma questão de justiça, mas um passo fundamental para construir formas de desenvolvimento mais coerentes com a realidade dessas comunidades.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa permitem avançar na compreensão das dinâmicas de desenvolvimento territorial nas comunidades caiçaras, especialmente quando observadas a partir das relações de gênero. Ao longo da análise, tornou-se evidente que não se trata apenas de identificar quem realiza determinadas atividades, mas de compreender como essas práticas são reconhecidas, valorizadas ou, muitas vezes, invisibilizadas. Nesse sentido, o diálogo com a perspectiva de Joan Scott (1995) mostrou-se fundamental, ao evidenciar que o gênero não é apenas uma variável descritiva, mas um elemento constitutivo das relações de poder que organizam a vida social.

Ao trazer essa lente para o território estudado, percebe-se que as desigualdades de gênero não se expressam somente na divisão das tarefas, mas principalmente na forma como o trabalho é interpretado e legitimado. Ainda que as mulheres estejam presentes de maneira intensa nas atividades produtivas, sobretudo nas cadeias ligadas à agrosociobiodiversidade, sua atuação continua sendo frequentemente associada ao cuidado ou tratada como extensão das responsabilidades domésticas. Como apontam Herrera (2012) e Faria (2009), essa associação não implica ausência de participação econômica, mas revela um processo histórico de desvalorização de determinadas práticas, que acabam sendo retiradas do campo do “trabalho” propriamente dito.

Nesse contexto, a própria noção de trabalho produtivo precisa ser questionada. Ao longo do tempo, essa ideia foi construída com base em referências que privilegiam atividades tradicionalmente masculinas, deixando em segundo plano aquilo que sustenta a vida cotidiana. Como discutem Borsa e Feil (2008), o cuidado e a reprodução social foram sendo naturalizados como responsabilidades femininas, o que contribui para sua invisibilização. No entanto, o que os dados desta pesquisa mostram é que essas dimensões não apenas coexistem com o trabalho produtivo, mas estão profundamente articuladas a ele. As mulheres não só produzem, como também organizam, transformam, comercializam e sustentam relações que tornam possível a continuidade dessas atividades no território.

Ao analisar as experiências vinculadas ao projeto “Nossas Marcas”, essa complexidade torna-se ainda mais evidente. As iniciativas voltadas à construção de uma marca coletiva, conforme discutido por Lopes, Biscotto e Freitas (2025), revelam tanto potencialidades quanto limites. Por um lado, essas estratégias contribuem para valorizar saberes locais, fortalecer identidades territoriais e ampliar as possibilidades de inserção em mercados. Por outro, os dados indicam que a participação mais ativa das mulheres nesses

processos não se traduz automaticamente em maior reconhecimento ou ocupação de espaços formais de decisão. Isso sugere que, mesmo diante de avanços importantes, as relações de poder continuam operando de forma a reproduzir desigualdades.

As atividades formativas desenvolvidas no âmbito do projeto “Nossas Marcas” evidenciam bem essa tensão. As mulheres não apenas participaram em maior número, como também demonstraram maior engajamento e interesse em temas estratégicos, como gestão, precificação, comercialização e práticas sustentáveis. Esse movimento pode ser interpretado como uma busca por autonomia e por maior inserção nos espaços de decisão. No entanto, também levanta uma questão importante: até que ponto essas iniciativas conseguem, de fato, alterar as estruturas que historicamente limitam o reconhecimento do trabalho feminino?

Esse questionamento se torna ainda mais relevante quando se observa que, muitas vezes, o fortalecimento das mulheres é tratado como uma responsabilidade individual, desconsiderando as barreiras estruturais que atravessam suas trajetórias. Ao ampliar o acesso a conhecimentos técnicos e oportunidades de formação, projetos como o “Nossas Marcas” desempenham um papel importante. Contudo, se essas ações não vierem acompanhadas de uma problematização mais profunda das desigualdades de gênero, corre-se o risco de reforçar a ideia de que cabe às próprias mulheres superarem, sozinhas, os limites impostos por estruturas históricas e sociais.

Dessa forma, os achados desta pesquisa apontam para a necessidade de repensar o próprio conceito de desenvolvimento territorial. Não se trata apenas de ampliar a produção ou melhorar indicadores econômicos, mas de compreender as relações que sustentam esses processos. Como já sinalizado por Satrústegui (2013), o desenvolvimento precisa ser analisado a partir de suas dimensões sociais, culturais e simbólicas. Nesse sentido, as práticas femininas, muitas vezes associadas ao cotidiano, ao cuidado e ao espaço doméstico, revelam-se centrais para a reprodução, para a manutenção dos modos de vida tradicionais e para a continuidade das dinâmicas produtivas locais.

Ignorar essas dimensões significa não apenas invisibilizar sujeitos, mas também comprometer a própria compreensão do funcionamento dos territórios. Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que são justamente essas práticas, historicamente desvalorizadas, que sustentam grande parte das atividades que garantem a permanência das comunidades em seus territórios. O cuidado, a organização comunitária, o beneficiamento dos produtos e a circulação de saberes constituem elementos fundamentais que não podem ser dissociados do debate sobre desenvolvimento.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à relação entre conhecimento tradicional e inovação nos territórios caiçaras. Ao longo da pesquisa, foi possível observar que as mulheres não apenas preservam saberes historicamente construídos, mas também os reinventam no cotidiano, adaptando práticas, experimentando novas formas de produção e incorporando aprendizados adquiridos nas formações. Esse movimento revela que tradição e inovação não são dimensões opostas, mas complementares, e que o protagonismo feminino está diretamente ligado à capacidade de articular essas duas esferas. Assim, ao reconhecer o papel das mulheres nesse processo, amplia-se também a compreensão sobre como o desenvolvimento territorial pode se construir a partir de bases mais enraizadas e, ao mesmo tempo, abertas à transformação.

Além disso, os resultados indicam que o fortalecimento do protagonismo feminino nos territórios não depende apenas da ampliação do acesso a políticas e projetos, mas também da construção de espaços efetivos de escuta, participação e tomada de decisão. Nesse sentido, torna-se fundamental pensar estratégias que não apenas incluam as mulheres nas iniciativas já existentes, mas que sejam construídas a partir de suas experiências, demandas e perspectivas. Isso implica reconhecer que as mulheres não são apenas beneficiárias dessas ações, mas sujeitas ativas na construção de caminhos possíveis para o desenvolvimento. Ao considerar essa dimensão, reforça-se a necessidade de promover práticas que valorizem a autonomia, a coletividade e o reconhecimento das múltiplas formas de atuação feminina nos territórios.

Por fim, reconhecer o protagonismo feminino nas comunidades caiçaras não deve ser entendido como um gesto de valorização simbólica ou como uma tentativa de “incluir” as mulheres em processos já estabelecidos. Trata-se, antes de tudo, de um movimento analítico que permite evidenciar as contradições e desigualdades presentes nesses contextos, ao mesmo tempo em que aponta possibilidades de transformação. As mulheres, ao articularem diferentes dimensões da vida social como produção, cuidado, organização e transmissão de saberes, não apenas participam do desenvolvimento territorial, mas contribuem ativamente para sua redefinição.

No entanto, para que esse protagonismo se traduza em mudanças mais profundas, é necessário avançar para além do reconhecimento. Isso implica questionar as estruturas que organizam a distribuição de poder, de recursos e de visibilidade dentro dos territórios. Mais do que ampliar a participação feminina, é fundamental criar condições para que essa participação seja acompanhada de maior equidade nos processos de decisão e de valorização do trabalho. Somente assim será possível construir caminhos de desenvolvimento que sejam, de fato, mais justos, inclusivos e coerentes com as realidades vividas pelas comunidades caiçaras.

REFERÊNCIAS

BORSA, JULIANE CALLEGARO; FEIL, CRISTINE FRIEDRICH. **O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão**. Psicologia.com.pt. 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/45204296> Acesso em: 10 abr. 2026.

FARIA, NALU. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. Sempreviva organização feminista, 2009. Disponível em: <https://www.sof.org.br/economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural/> Acesso em: 12 abr. 2026.

HERRERA, KAROLYNA MARIN. **Uma análise do Trabalho da Mulher Rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2012. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

LOPES, LETÍCIA; BISCOTTO, GIOVANNA EBERLE; FREITAS, LARA BRUNELLE ALMEIDA. **A Marca coletiva como estratégia de fortalecimento do ecossistema caçara de empreendedorismo e inovação no litoral do Paraná**. Conferência Anprotec, 35., 2025, Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://informativo.anprotec.org.br/anais-35-conferencia-anprotec>. Acesso em: 12 abr. 2026

LOPES, LETÍCIA; BISCOTTO, GIOVANNA EBERLE; FREITAS, LARA BRUNELLE ALMEIDA. **Do saber tradicional à inovação territorial: A marca coletiva como vetor de fortalecimento do ecossistema caçara**. Simpósio brasileiro de desenvolvimento territorial sustentável. Matinhos, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/v-simposio-brasileiro-de-desenvolvimento-territorial-sustentavel-542255/1223803-do-saber-tradicional-a-inovacao-territorial--a-marca-coletiva-como-vetor-de-fortalecimento-do-ecossistema-caicar/> Acesso em: 12 abr. 2026

SATRÚSTEGUI, KOLDO UNCETA. **Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento e pós-desenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações**. Revista Perspectivas do Desenvolvimento, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/14373>. Acesso em: 10 abr. 2026.

SCOTT, JOAN. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidades, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 12 abr. 2026.

TAVARES, BEATRIZ CARVALHO; MINUZZO, DANIELA; SANTOS, ANNAH BÁRBARA DOS. **Protagonismo feminino e divisão sexual do trabalho no ambiente rural: articulação do grupo de mulheres residentes e produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, Caparaó - ES**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, 2021. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/696/624>. Acesso em: 12 abr. 2026.